

OS ANOS DE INVERNO DA ANÁLISE INSTITUCIONAL FRANCESA

*Heliana de Barros Conde Rodrigues**

RESUMO

O artigo reconstrói os vínculos entre a gênese teórica e a gênese social de conceitos e dispositivos da Análise Institucional francesa, entendida como regime de verdade, prática e subjetivação, durante seus “anos de inverno” - expressão inspirada em Félix Guattari, que, através dela, retrata o mundo contemporâneo. Um destaque especial é dado aos conceitos de implicação e sobreimplicação, conforme concebidos por René Lourau. As considerações finais esboçam questões sobre a Análise Institucional no Brasil, particularmente em suas relações com a Universidade. Presume-se então que a ‘dobra sobre si’ efetuada pela Análise Institucional esteja necessariamente relacionada a um ‘desprendimento de si’.

Palavras-chave: Análise institucional. Anos de inverno. Socialismo. Implicação. Sobreimplicação.

THE YEARS OF WINTER OF FRENCH INSTITUTIONAL ANALYSIS

ABSTRACT

The paper reconstructs the connections between theoretical genesis and social genesis of some concepts and devices of French Institutional Analysis, understood as a truth, practice and subjectification regime, during the “years of winter” - an expression inspired in Félix Guattari, that portrays the contemporary world. A particular emphasis is given to the concepts of implication and overimplication, as they are formulated by René Lourau. The final statements outline problems regarding the Institutional Analysis in Brazil, mainly in its relationships with the University. We suppose that the Institutional Analysis ‘infolding’ is necessarily related with a practice of ‘getting free of itself’.

Keywords: Institutional analysis. Years of winter. Socialism. Implication. Overimplication.

* Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional/ Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço: Avenida São Sebastião, 256; Urca; Rio de Janeiro; CEP: 22291-070.
E-mail: helianaconde@uol.com.br

O presente artigo é parte de uma série de escritos dedicados à história da Análise Institucional francesa (RODRIGUES, 2000, 2003, 2004), em que a gênese teórica de conceitos e dispositivos institucionalistas se vê posta em permanente interferência com sua gênese sócio-histórica. O texto tem por marco cronológico inicial a década de 1980. Diferentemente dos que o antecederam, não aponta a um tempo-acontecimento que encerre o período focalizado - entendido como regime de saber, prática e subjetivação -, porque aborda o que possivelmente ainda seja, hoje, a Análise Institucional francesa; melhor dizendo, porque aprecia o que ela talvez recém esteja deixando de ser, sem que o percebamos nitidamente, pouco sensíveis, ainda, ao que está se tornando.

Em tal permanência ou transformação sem dúvida estamos implicados, na qualidade de pesquisadores, professores e/ou praticantes, no Brasil contemporâneo, de “certa” Análise Institucional. A singularidade da mesma não nos faculta ignorar heterogêneses, transversalizações ou permeabilidades do local ao global - expressões de cunho institucionalista que justificam por que motivo, uma vez mais, neste artigo se devora o estrangeiro.

Tal antropofagia está longe, portanto, de qualquer busca de reconhecimento ou identificação. Visa preferencialmente à surpresa de sermos também, e sempre, “outros”.

SOLIDARIEDADES REGULADAS

Em setembro de 1981, *Solidarnosc* realiza um congresso em Gdansk, exigindo pluralismo partidário e eleições livres para o parlamento polonês. Dirige um manifesto aos trabalhadores de todos os países do Leste Europeu, conclamando-os ao engajamento em lutas análogas. A agência *Tass* sobrecodifica os acontecimentos nos arcaísmos político-libidinais disponíveis: “uma orgia anti-socialista e anti-soviética” (GAUCHET, 1988, p. 128). O Kremlin tarda um pouco a conter essa indesejável, a seus olhos, expansão produtivo-desejante; porém, em 13 de dezembro, é declarado “Estado de Emergência” na Polônia, passando o General Jaruzelski a presidir um Conselho Militar de Salvação Nacional.

Na França, onde praticamente toda a esquerda comemorara, há poucos meses, a eleição do socialista François Mitterrand à presidência, Claude Cheysson, ministro dos Assuntos Estrangeiros, declara que seu país não tomará qualquer medida, visto tratar-se de um problema “estritamente interno” à Polônia. Provavelmente para atenuar a postura excessivamente fria de seu auxiliar, o presidente da república, dias depois, chora a perda das liberdades. Desafiado pelo internacionalismo, o governo socialista se retrai: mostra-se predominantemente preocupado em não desagradar seus aliados - os comunistas - e em arrumar a própria casa, promulgando leis de nacionalização - cinco grupos industriais (C.G.E., Rhone-Poulenc, P.U.K., Thomson-Randt e Saint-Gobain), duas companhias financeiras (Indo-Suez e Paribas) e trinta e seis bancos se tornam, à época, exclusivamente franceses.

Além da eleição de Mitterand, o Partido Socialista obtivera um retumbante sucesso nas eleições legislativas que se seguiram ao pleito presidencial. Sente-se em uma espécie de “estado de graça” que, presume, lhe faculte regular solidariedades consoante acordos de ocasião. Alguns intelectuais, no entanto, vêem na circunstância de sermos “todos uns governados” (FOUCAULT, 1981/1994a, p.707) a oportunidade para desencadear lutas de cunho internacionalista. Em 15 de dezembro, reagem à postura do governo através de uma conclamação, publicada em *Libération* sob o sugestivo título *Les rendez-vous manqués*:

O governo francês não deve fazer crer, como Moscou e Washington, que a instauração de uma ditadura militar na Polônia é uma questão interna. [...] Essa é uma afirmação imoral e mentirosa [...]. Em 1936 um governo socialista se viu confrontado com um putsch militar na Espanha; em 1956 um governo socialista se viu confrontado com a repressão na Hungria. Em 1981 um governo socialista se confronta com o golpe de Varsóvia. Não queremos que sua atitude seja a de seus predecessores (ERIBON, 1990, p. 277).

Situado a um canto de página, o texto não parece destinado a repercussões maiores. Porém o jornal, que prometera divulgar diariamente listas de apoio, é obrigado a desistir do projeto em função do dilúvio de assinaturas recebidas. Às rubricas logo se somam as vozes: uma manifestação contra o Golpe de Varsóvia reúne 50.000 pessoas, que recebem os dirigentes socialistas gritando “Cada qual em sua terra, obrigado Cheysson!” (ERIBON, 1990, p. 278).

O governo reage mal a esses protestos, alheios às clivagens eleitorais. Para desestimulá-los, apela à conhecida tática de produzir divisão: acusa os “líderes” de serem “intelectuais” portadores de “inconseqüência estruturalista”, “desejosos de promover a desunião da maioria política francesa” (ERIBON, 1990, p. 279). Quando a manobra se mostra frustrada - em 29 de dezembro, novo manifesto aglutina intelectuais e sindicalistas -, recorre a seus quadros: Jack Lang, ministro da cultura, fornece a verba para que meia página de *Le Monde* divulgue os nomes de “intelectuais orgânicos” que, embora repudiem a repressão na Polônia, reafirmam seu apoio ao governo. A denúncia do conchavo desencadeia nova onda de indignação: alguns dos signatários ignoravam a estratégia em que o documento se inseria e, ao dela tomar ciência, desmentem publicamente sua adesão.

Apesar de tudo, a cúpula socialista tenta sustentar o “estado de graça”: nos primeiros dias de 1982, decreta a redução da carga horária semanal de trabalho para 39 horas e institui a quinta semana anual de férias pagas, no intuito de reduzir o desemprego, cujas cifras já ultrapassam a faixa dos dois milhões. A partir de maio, no entanto, começa-se a falar em “austeridade”, não obstante o fato de que ser *gay*¹ deixe de constituir delito pelo Código Penal. O final do ano anuncia reforços a esse “espírito de seriedade” globalizado: *Solidarnosc* é posto “fora da lei” na Polônia, enquanto Andropov substitui o falecido Brejnev à testa do Partido Comunista da União Soviética. No último caso, ninguém repara muito na diferença.

A partir de 1983, à suave “austeridade” se sucede o duro “rigor” exigido pela gestão capitalista do socialismo à francesa. Cada vez mais distanciados das propostas de campanha, os governantes toleram ainda menos o silêncio dos intelectuais do que admitiam seus ataques abertos: na qualidade de porta-voz, Max Gallo publica em *Le Monde* um artigo intitulado *Os intelectuais, a política e a modernidade*, no qual analisa a incompreensão reinante entre os socialistas e a *intelligentsia* esquerdista. Segue-se uma enquete promovida pelo jornal, em que os mais variados homens da pena se pronunciam acerca do próprio mutismo, apelando a todas as causas imagináveis: alega-se desde a morte (ou morte civil) dos *mâitres-à-penser* - Sartre, Lacan, Barthes, Althusser - até a desilusão com as grandes narrativas, passando pelas tendências descentralizadoras de maio de 68, o efeito Gulag e a exploração abusiva, por parte dos novos filósofos, dos meios de comunicação de massa².

Conquanto nada disso seja explicação suficiente, é certo que vários intelectuais há muito vinham pondo em análise as condições e os efeitos de seus modos de escritura e ação. Embora se tivesse recusado a participar da querela animada por *Le Monde*, Michel Foucault, em uma entrevista concedida a *Magazine Littéraire* cerca de um ano mais tarde, assim analisou as relações entre intelectualidade e poder:

O trabalho de um intelectual não é modelar a vontade política dos outros; é, através da análise que ele faz nos domínios que são seus, reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições e, a partir desta reproblemática, [...] participar da formação de uma vontade política (FOUCAULT, 1984/1994b, p. 676-677).

Essas palavras evocam outras, datadas do início dos anos 1970, quando, em um diálogo com Deleuze para *L'Arc*, Foucault enfatizara a diferença entre o intelectual universal, da “consciência e eloqüência” - o que diz a verdade àqueles, ou em nome daqueles, que não a podem dizer - e o intelectual específico, “objeto e instrumento” - aquele que, sabendo-se parte dos sistemas de poder, caso contra eles se queira bater, só o pode fazer tornando suas próprias teorias sistemas regionais de luta política (FOUCAULT; DELEUZE, 1972/1979, p. 70-71).

Porém em 1983, enquanto Foucault genealogiza a constituição de “sujeitos desejosos de normas” a fim de ficcionar, como resistência, uma arte do auto-governo³, os socialistas só sabem dizer “obedeçam!”. Em agosto, as exigências de “rigor” se exibem na nova política de imigração, que persegue implacavelmente os “clandestinos”. A aliança entre nacionalismo e racismo volta a se fazer visível, a ponto de a Frente Nacional de Le Penn elevar-se a temível força nas eleições municipais e de se multiplicarem os atentados contra “estrangeiros”, aos quais são atribuídos, de forma xenófoba, o desemprego e a crise.

MUDANÇA DE ESTAÇÕES

Felix Guattari não se furta ao debate promovido por *Le Monde*. Na fadiga dos gurus, percebe um saudável silêncio, ao invés da afasia ressentida diagnosticada pelos governantes: “Todos aqueles que hoje fazem profissão de pensar, de pesquisar, de criar, de produzir outros possíveis não mais se reconhecem em qualquer portavoiz” (GUATTARI, 1983/1986a, p. 31).

Para Guattari, um efetivo debate entre o poder e a *intelligentsia* real - não só a da *Rive Gauche* ou do *XVI arrondissement* -, que não pretenda adiar as transformações para hipotéticos “amanhãs pós-crise”, ver-se-ia obrigado a problematizar: o estilo neo-gaullista do governo Mitterrand; a anti-produção que caracteriza o modo de funcionamento dos partidos de esquerda; as perspectivas de evolução para sociedades multirraciais e transculturais; a divisão do trabalho; a política de transformação da habitação, do urbanismo, da Educação Nacional, das prisões, dos hospitais psiquiátricos; a desejabilidade do uso de verbas públicas para construir bombas de neutrons ou submarinos nucleares; as iniciativas concretas da França em favor da emancipação econômica e social do terceiro-mundo (GUATTARI, 1983/1986a, p. 32-33).

Tal debate, evidentemente, não se abre, mas Guattari continua a falar, se não com o governo, ao menos com aqueles que não ensurdeceram totalmente à base de maciças doses diárias de cinismo pseudodemocrático. Os títulos de seus artigos, à época, são esclarecedores por si só: “A guerra, a crise ou a vida” (*Change International*, set. 1983); “Cada um tem o racismo que merece” (*Cosmopolis*, nov. 1983); “Um caso Dreyfus para a Europa” (*Le Matin*, jun. 1984, em defesa dos intelectuais italianos acusados de mentores do terrorismo), “A esquerda como paixão processual” (*La Quinzaine Littéraire*, jul. 84)⁴ etc. Muitos compatriotas já não o escutam, mas há outros espaços abertos a este nômade que muito se movimenta sem, por isso, espantar os devires: o Brasil⁵, por exemplo, e até mesmo o Japão, cujo paradigma empresarial - pretensa solução, mundialmente midiaticizada, para a propalada “crise” - muito o inquieta.

Em 1985, contudo, já se sente atingido pela glaciação geral, dando com isso um título aos tempos que talvez ainda sejam os nossos: “Sou daqueles que viveram os anos sessenta como uma primavera que prometia ser interminável; assim, tenho alguma dificuldade em me acostumar a este longo inverno dos anos oitenta!” (GUATTARI, 1985/1986c, p. 7).

Não mais espera, então, que o ciclo das estações traga as flores de volta ao socialismo à francesa, e com motivos: o racismo cresce junto com os votos na Frente Nacional; a discriminação sexual, com a identificação do vírus da AIDS; a União de Esquerda ruiu e os comunistas estão fora do governo; Mitterrand recebe oficialmente Jaruzelski (durante uma hora, apenas...) e o aparecimento de uma Disneylândia gaulesa está planejado para a década seguinte; o colonialismo francês retorna de algum lugar do passado, contrapondo-se com violência aos movimentos de independência da Nova Caledônia; a direita está próxima da vitória nas eleições legislativas, o que virá a fazer do antigo gaullista J. Chirac primeiro-

ministro e, do governo, uma “coabitação” (de semelhantes?); a inflação e o desemprego não estão superados, ao passo que J. M. Le Penn se diz pronto a candidatar-se ao próximo pleito presidencial.

A análise então empreendida por Guattari constitui um reexame da esquerda e de seus próprios vínculos com ela. Sem renegar as grandes aspirações da contracultura, pensa ser imprescindível ressituá-las à luz do fracasso da experiência governamental em curso, para o qual repudia as explicações costumeiras - falta de imaginação ou de determinação, resistência do adversário conservador e, principalmente, “a crise”, com suas costas largas -, insistindo na importância da criação coletiva:

Ao invés de continuar a pôr as novas tecnologias a serviço das hierarquias e segregações opressivas [...] os socialistas teriam feito melhor em explorar as possibilidades que oferecem em matéria de desenvolvimento de meios de expressão coletivos e de multiplicação de instâncias de decisão [...]. Mas [...] eles se moldaram [...] no modelo, posto em ação por De Gaulle, de personalização e mass-midiatização do poder [...]. Os líderes socialistas tomaram a tal ponto por hábito tratar o povo de forma infantilizante, comparável, em todos os aspectos, à dos líderes de direita, que não perceberam a que ponto estavam distanciados dele. De fato, não esperam das pessoas senão um apoio global, de caráter exclusivamente eleitoral, sem participação em feedback (GUATTARI, 1985/1986c, p. 10-11).

Em seguida, põe em cena o círculo vicioso característico dos “anos de inverno”: à força de estarem submetidas, praticamente sem defesa, às redes de subjetivação capitalísticas, muitas pessoas se tornam odiosas - “indivíduos”, em sentido estrito - em suas relações com tudo aquilo que não se mostre objeto de imediato consenso. Para Guattari, a situação não é inelutável, pois inúmeros exemplos históricos mostram que, encontrados os meios de expressão adequados, restabelece-se a criação coletiva. Neste caso, julga que quaisquer que sejam os objetivos fixados pelas novas subjetividades, não pode mais ser questão, para uma máquina de transformação social, pretender guiá-las, mas unicamente “ajudá-las a se reinventar, o que implica, de sua parte, desfazer-se em todas as ideologias que não vêm nelas mais do que uma massa amorfa, indiferenciada, trabalhada por baixos instintos... Quem nos diz, além disso, que os instintos sejam coisas assim tão baixas?” (GUATTARI, 1985/1986c, p. 11).

Vendo a rosa murchar⁶, ele se alia aos verdes. Seu livro *As três ecologias*, de 1989, falará de uma baixeza não dos instintos, cujo luxo comportamental a moderna etologia revela, mas da subjetivação capitalística. Baixa subjetivação porque voltada a instaurar uma equivalência generalizada, temível mescla de individualização e totalização na qual quaisquer “diferenças” são alocadas, sob a forma de “escores”, em distribuições de variáveis previamente codificadas. Em suma, singularidade virtual da invenção tornada dado estatístico para serviços de informação.

Contra essa contingência funesta que alguns dizem destino ou “fim da história”, Guattari (1990) propõe uma articulação ético-política entre os registros do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade: a ecosofia. Não era muito diferente o que defendia em 1985, definitivamente decepcionado com os titulares do Poder de Estado:

Permitir a cada um recobrar sua singularidade, restituir um sabor aos gestos funcionais, às frases articuladas nas situações mais cotidianas; reconquistar a democracia a todos os níveis das práticas coletivas, do face-a-face interpessoal ao sufrágio universal, aceitar por esta via, sem reservas, a alteridade, a divergência dos desejos e dos interesses e, por conseqüência, os procedimentos de confronto e negociação que elas convocam; experimentar novas tecnologias de comunicação para ampliar o alcance e avivar a verdade das trocas humanas; romper, em uma palavra, com o conjunto das políticas hoje conduzidas pelos capitalismos de estilo ocidental, bem como pelos socialismo do Leste. (GUATTARI, 1985/1986c, p. 11-12).

Hoje, tendo ruído há muito os socialismos do Leste, disso poderíamos falar longamente, protegidos pela distância temporal. Não o faremos: todos os muros materiais, semióticos e existenciais derrubados desde 1989 não conseguiram muito mais do que ampliar quase ao infinito as populações incorporadas às variáveis biopolíticas (e/ou psicopolíticas) do Capitalismo Mundial Integrado, para usar uma expressão guattariana. Muito nos interessa, entretanto, explorar o modo como outros analistas institucionais vieram a pensar a eventual contribuição dos intelectuais para essa mortífera homogeneização planetária.

POR UMA ANÁLISE DE IMPLICAÇÕES

Em 1981, René Lourau publica *Les lapsus des intellectuels* (Os lapsos dos intelectuais), livro no qual estabelece uma genealogia da *intelligentsia*. Através de um percurso analítico que se estende do Caso Dreyfus ao final do século XX, traz à luz o “ato falho” que a percorre de ponta a ponta: um ativo desconhecimento das condições institucionais de produção dos discursos eruditos. No intuito de criar uma contra-instituição em face desse “efeito-estatal”, acopla, ao texto acadêmico, um diário. Neste último são explicitadas as condições libidinais, políticas, histórico-profissionais da pesquisa e da escritura do livro; ou melhor, nele se pratica uma “análise de implicações”.

A introdução à obra constrói uma tipologia da intelectualidade, elaborada segundo a relação mantida com o “mandato social”. Cumpre lembrar que, para a Análise Institucional, os conceitos de “encomenda” e “mandato social” são homólogos: o primeiro está ligado a situações efêmeras de “intervenção a pedido”; o segundo, a um ininterrupto, apesar de nem sempre audível, “pedido de intervenção” aos intelectuais, cuja especificidade instaura a divisão dos saberes em “especialidades” ou “disciplinas”. Segundo Lourau, a aceitação (consciente ou inconsciente) do mandato social define o “intelectual orgânico”. O “intelectual

engajado”, crítico do instituído, por sua vez, orienta-se para posições seja progressistas seja conservadoras, mas não levanta, senão acessoriamente, a questão do mandato social. Já o “intelectual implicado” caracteriza-se pela recusa desse mandato. Como figuração contemporânea de tal recusa (implicada), Lourau remete à experiência da Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia, mediante uma lúcida comparação com a (orgânica) Psicoterapia Institucional francesa e a (engajada) Antipsiquiatria inglesa:

Enquanto na França, sob a influência crescente do lobby psicanalítico lacaniano, a psicoterapia institucional tendeu a reforçar o poder médico e a importância do hospital, e na Inglaterra a antipsiquiatria sem correntes de Laing e Cooper visou sobretudo à edificação de um setor paralelo, comunitário e fortemente politizado, os futuros adeptos da “psiquiatria democrática” à italiana partiram de um questionamento daquilo que produzia e reproduzia a doença mental: a ciência médica e a estrutura hospitalar (LOURAU, 1981a, p. 271).

Lourau abstém-se de avaliar a eficácia das ações italianas ou de compará-las a outras políticas desinstitucionalizantes. Prefere pôr em primeiro plano o “tipo de ação” empreendido por Basaglia. Reavivando uma antiga aliança - quando da edição (1973) de uma coletânea destinada a gerar fundos para a Psiquiatria Democrática, contribuíra com um artigo⁷ -, chama as “implicações estatais” dos especialistas, isto é, a produção/reprodução do instituído como forma social naturalizada, de “crimes da paz”; paralelamente, associa a análise efetiva dessas implicações, acompanhada de ações de desvio ou ruptura, a uma nova postura ético-política do intelectual, da qual o companheiro italiano fora irredutível defensor:

Crimes da paz legalizados pelos intelectuais do saber prático: é este o diagnóstico do papel da *intelligentsia* na institucionalização. Sem eles [os “funcionários do consentimento”], a exclusão [...] não poderia funcionar. A delinquência, a loucura, a revolta operária ou estudantil não são apenas sintomas de uma crise social: são também, e principalmente, produtos de uma ação específica, a ação dos intelectuais que enquadram, controlam, avaliam, validam ou invalidam - sempre em nome da ciência, cuja epistemologia está identificada à teratologia institucional (LOURAU, 1981a, p. 276).

O momento do “rigor” socialista na França é também o do “sacrifício exigido a todos”, do “consenso” - não há que perturbar a marcha das coisas. Nesse panorama, embora Lourau ponha ênfase no conceito de implicação e no modo de ação do intelectual implicado visando a oferecer ferramentas para perfurar as delícias da institucionalização estatal, eles rapidamente se vêm absorvidos pelas próprias circunstâncias que deveriam combater.

Um número da revista *Pour*, publicado em 1983 (*L'analyse des implications dans les pratiques sociales*), explora esse paradoxo. Ali, diversos autores, analis-

tas institucionais ou não, passeiam pela polissemia do termo “implicação”, ora deleitando-se com as conotações de “engajamento” e “participação” por ele veiculadas ora tentando precisar-lhe o sentido. A primeira postura é perceptível, por exemplo, no Editorial do volume, no qual Dupont justifica a escolha do tema por “estarmos todos engajados, motivados, implicados em nossas práticas profissionais ou voluntárias” (DUPONT, 1983, p. 5); a última caracteriza, entre outros, o artigo de René Lourau, ao qual daremos atenção especial.

O texto procura reconstituir a gênese teórica do conceito de implicação, remetendo às contribuições de tendências filosóficas e/ou científicas anti-positivistas, quais sejam: Hegel (presença do “eu que conhece” no ato de conhecer), a fenomenologia (consciência intencional; crítica ao cientificismo objetivista), a psicanálise (transferência e contratransferência), a etnologia (análise das interferências entre ato de pesquisa e ato de dominação) e a física contemporânea (“princípio de incerteza” de Heisenberg⁸; autocríticas dos cientistas quanto à sua própria contribuição para a guerra nuclear). No que tange especificamente à Análise Institucional, o principal destaque é posto no conceito de “contratransferência institucional”, conforme formulado pela equipe da clínica psiquiátrica *La Verrière*, da Mutualité Générale de l'Éducation Nationale. Tal conceito supõe não somente a transferência do analista ou a resposta que este dá à transferência do paciente, mas igualmente “a resposta a todas as realidades (sexo, idade, raça, posição socioeconômica) do analisando e do analista, bem como das significações socioculturais e econômicas da instituição psicanalítica” (GANTHERET et al., 1965 apud LOURAU, 1983, p. 16)⁹.

Porém o conceito de contratransferência institucional, ainda demasiado preso ao dispositivo terapêutico dual e incapaz de obter, nas hostes freudo-lacanianas, acolhida propícia a fazê-lo redundar em uma “análise das implicações materiais e ideológicas do ato psicanalítico enquanto pesquisa-ação” (LOURAU, 1983, p. 14), só foi efetivamente abraçado pelos pedagogos e psicossociólogos de tendência institucionalista. Nesses campos (da formação e da intervenção), derivará no de “implicação”, articulando-se, pouco a pouco, aos conceitos de encomenda e demanda, analisador e dispositivo autogestivo.

O processo não se reduz à mera transposição sociológica de um conceito psicanalítico, pois envolve delicado trabalho crítico: passando por vertentes psicoterapêuticas, pedagógicas, psicossociológicas e socioanalíticas, se chegará a uma reflexão sobre o ato de pesquisa (melhor dizendo, de pesquisa-ação¹⁰), com ressonâncias epistemológicas (quicá contra-epistemológicas¹¹) marcantes. Neste sentido, Lourau se arrisca a propor um modelo para a análise de implicações, tomando a precaução de dizê-lo provisório:

Implicações primárias

- 1) implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/intervenção.
- 2) implicação na instituição de pesquisa ou outra instituição de pertencimento e, antes de tudo, na equipe de pesquisa/intervenção.

3) implicação na encomenda social e nas demandas sociais.

Implicações secundárias

4) implicações sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicação epistemológica).

5) implicações na escritura ou qualquer outro meio que sirva à exposição da pesquisa (LOURAU, 1983, p. 17).

Conquanto não seja correto datar a formulação e o uso do conceito de implicação, pelos socioanalistas, dos anos 1980, deve-se reconhecer que somente a partir de então ele é objeto de uma reflexão teórico-política mais rigorosa. Já na tese de estado de René Lourau (*A análise institucional*), publicada em 1970, a implicação está presente, em articulação com a contratransferência institucional; volta a surgir com relevo, na qualidade de um dos princípios da intervenção institucional - análise das implicações dos interventores -, na pena de Lourau e Lapassade, em *Chaves da Sociologia*, livro lançado em 1971. Porém, num balanço da intervenção socioanalítica redigido em 1979, Lourau admite haver sido insuficiente, até aquele momento, a atenção dispensada ao pertencimento à *intelligentsia*:

Até agora temos sobretudo a tendência (no melhor dos casos!) a levar em conta seja conflitos de poder no interior da *intelligentsia*, seja conflitos de classe no interior das populações que estudamos ou nas quais intervimos. Esquecemos com frequência nossa posição como classe [...] e suas relações com a classe explorada: é porque nos situamos gostosamente à margem da classe que explora; os bons professores nos deram esta segurança ao recordar-nos que não possuímos os meios de produção e que também somos assalariados [...]. Porém nada disso nos impede de continuar funcionando, quase, como a maior parte dos intelectuais que criticamos. Seguimos como eles e recolho aqui as importantes formulações de uma psicanalista, fundadora da Associação Psicanalítica Argentina, Marie Langer & [...], “arrebataando a mais-valia”¹², sem demasiados problemas metafísicos (LOURAU, 1979/1981b, p. 196).

Conforme vimos enfatizando, a partir dos primeiros anos da década de 1980, Lourau procura combater a insuficiência que diagnosticara mediante um grande número de artigos e livros. Um salto no tempo para 1987, por exemplo, nos faz apreciar um texto publicado na revista *Socius*, em que tanto o pertencimento à intelectualidade - classe ascendente, no Leste e no Oeste europeus, às instâncias de poder - quanto os vínculos dessa intelectualidade com a Universidade e o saber são alvo de cuidadosas análises. A primeira preocupação de Lourau, todavia, é a de esclarecer os motivos da associação entre o termo implicação e outros como engajamento, participação, investimento, motivação, esforço etc. Segundo o socioanalista, esta circunstância os torna parte de uma “nebulosa ideológica”:

A origem deste uso voluntarista [...] reside numa mistura de influências cristãs, existencialistas e psicologistas: “Eu me implico, ele se implica, ele não se implica o bastante” etc... Tais formulações pronominais constituem julgamentos de valor [...], destinados a medir o nível de ativismo, o grau de identificação a uma tarefa ou a uma instituição, a quantidade de orçamento-tempo que lhe é consagrada [...], bem como a carga afetiva investida na cooperação. Trata-se de uma espécie de nova virtude teologal (LOURAU, 1987/2004a, p. 246-247).

Embora essas conotações moralizantes já existissem quando da emergência do conceito de implicação em Análise Institucional, não era comum, à época, que se usasse o termo para designá-las. Segundo esclarece Lourau, por sinal, a denominação “implicação” fora escolhida devido a suas ressonâncias mais matemáticas e abstratas (algo como um símbolo =>) do que jurídicas: tratava-se, então (anos 1960 e início dos 1970), de integrar os conceitos de transferência e contratransferência a situações coletivas de formação, intervenção e militância. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, com o desenvolvimento do trabalho conceitual, incorporaram-se contribuições de autores tão díspares quanto Ferenczi e Balint (custo afetivo da análise da contratransferência), Van Bockstaele (transferência socioanalítica), Herbert (encomenda e demanda), Guattari (transversalidade), Tosquelles e Torrubia (analísadores) etc.

Apesar disso, nunca foi fácil eliminar as dependências psicologistas do conceito de implicação, inclusive porque o apelo a qualquer sociologismo abstrato seria, sob uma perspectiva institucionalista, igualmente pernicioso. No árduo percurso de elaboração conceitual, Lourau concede especial ênfase aos recursos oriundos tanto do marxismo crítico de Henri Lefebvre (sociologia do cotidiano, praticada em situação; teorização do Estado como “forma mundial” ou “em vias de mundialização”) quanto da etnopsiquiatria de Georges Devereux. Publicado em inglês em 1967, *De l'angoisse à la methode dans les sciences du comportement* (Da angústia ao método nas ciências do comportamento), livro deste último, foi lançado na França em 1980, abrindo a possibilidade de explorar dimensões contratransferenciais para além de contextos exclusivamente clínicos, ou seja, no próprio ato de pesquisa.

A despeito desse acúmulo de ferramentas teóricas promissoras, à mesma época as exigências da *realpolitik* socialista se inclinam para a institucionalização burocrática, descartando as promessas libertárias da campanha eleitoral. Já no começo da fase de “rigor” (1983), René Lourau, Antoine Savoye e outros institucionalistas são expulsos da revista *Autogestions*, à qual tinham estado ligados desde 1966. Progressivamente, as injunções ao consenso, que usam a crise como fantasma ameaçador, levam a que se reduzam drasticamente as oportunidades de intervenção externa, quer por encomenda quer militantes. É exatamente nesse panorama que a implicação se vê envolta na “nebulosa ideológica” antes mencionada, além de tornar-se um recurso menos voltado à análise institucional generalizada do que às práticas profissionais institucionalizadas (análise interna de estabelecimentos nos quais se está empregado, por exemplo).

Malgrado tal conjuntura, Lourau ressalta que novas contribuições continuam a enriquecer a prática da análise de implicações, especialmente pela via da edição (ou reedição) de “diários de pesquisa”¹³. Coloca-se em cena, com isto, uma nova problemática: a da escritura institucionalista enquanto escritura implicada. Para tanto, é valorizada a reflexão sobre o estatuto do *hors-texte*, próprio à escritura diarística, comumente julgado acessório, inferior ou supérfluo pela cidade científica, sempre pronta a acentuar a “distância ótima” que deve separar o observador e o observado.

O termo *hors-texte* é tomado à narratologia de Genette e remete àqueles elementos que a escritura elimina, tanto na literatura como nas ciências sociais. Estes elementos são quer totalmente suprimidos quer deslocados para o fim do livro, o pé de página, os anexos, os adendos etc. Lourau vê no jogo discursivo entre o *texte*, o *hors-texte* e seu *contexte* a oportunidade para a formulação de hipóteses estimulantes com vistas a uma análise da escritura que seja capaz de levar em conta a presença, consciente ou não, da instituição (literária e/ou científica) enquanto *intertexte*: níveis ou modos de escritura recomendados, autorizados ou interditados. Neste sentido, no livro *Le journal de recherche* (O diário de pesquisa), editado em 1988, analisará, entre outros, os diários de Malinowski, Ferenczi, Gide, Leiris, E. Morin, M. Mead e Wittgenstein, em busca de elementos heurísticos para uma “Teoria da Implicação”.

Essas reflexões epistemológico-políticas acabam por aproximar a Análise Institucional de estudiosos interessados no “contexto da descoberta” científica, como Meyer, Holton, Kuhn, Lakatos, Feyerabend, Habermas e Gadamer. Enquanto o positivismo e o neo-positivismo fazem do problema da descoberta um *hors-texte* fadado às menoridades de uma psicologia da criação ou de uma sociologia do conhecimento, o institucionalismo socioanalítico busca na análise de implicações do pesquisador o instrumento capaz de favorecer o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o cotidiano da intelectualidade. Com isso se anuncia, talvez, um paradigma original - o implicacionista -, mesmo que, para tanto, a palavra “ciência” precise perder muito de sua presumida (e tantas vezes mortífera) nobreza.

O artigo de 1987 que vimos explorando termina com uma definição bastante simples, que convida os intelectuais a pôr fim aos debates meramente acadêmicos e a dizer, afinal, o que fazem e o que não fazem: “Implicação: análise coletiva das condições da pesquisa” (LOURAU, 1987/2004a, p. 257).

Regimes de verdade, entretanto, raramente estão dotados de tanta transparência. Em um trabalho de 1990, constata-se que Lourau já percebeu a inutilidade da busca de pureza conceitual. Não obstante retome, na ocasião, as virtudes teológicas associadas à implicação, o faz menos para fixar um sentido estrito do que para investigar as estratégias políticas imanentes à sua “nebulosização”. Ou melhor, para fazer do próprio devir conceitual um analisador de nós mesmos, de nosso presente.

Neste sentido, propõe um novo conceito, o de “sobreimplicação”, pondo-o em interferência com um ato de linguagem performativo: “Implique-se, re-impli-

que-se, porém não analise suas implicações!” (LOURAU, 1990/2004b, p. 189). Sendo a implicação um nódulo de relações inevitavelmente presente, nem boa (uso voluntarista) nem má (uso jurídico-policial), essa injunção a “implicar-se sem análise” (sobreimplicar-se, esforçar-se, identificar-se) constitui um mandato socioinstitucional destinado a atribuir valor de “bem de salvação” ao “sobretabalho exigido pela produção de uma mais-valia, de uma rentabilidade suplementar [...], ‘exploração da subjetividade’ que sucede à exploração da objetividade do homem no trabalho alienado” (LOURAU, 1987/2004a, p. 257).

Produto de uma deriva sócio-histórica do conceito de implicação, a sobreimplicação nos analisa, pois nos torna visíveis como seres produzidos/reproduzidos na qualidade de “subjetividade-mercadoria”. Lançando mão do jargão político, Lourau diagnostica em tal deriva um “desvio utilitarista” - a sobreimplicação é a “ideologia normativa do sobretabalho” (LOURAU, 1987/2004a, p. 190) - e um “desvio psicologista” - ao privilegiar exclusivamente a “relação com o objeto”, a sobreimplicação promove o esvaziamento dos nexos com o mandato social, a teoria, a escritura...as instituições, em suma! De dispositivo teórico-político voltado a coletivizar qualquer enunciação analítica, a implicação transmutada em sobreimplicação faz-se algo íntimo, solitário: valor mercadológico de uma subjetividade isenta de heterogênese.

Concluindo o exame do artigo em pauta, cumpre enfatizar que Lourau dedica páginas fundamentais à apeiação da presença crescente do discurso (sobre) implicacionista nas empresas do Capitalismo Mundial Integrado: os exemplos se estendem da adoção, na França, do “grau de implicação” como critério de avaliação do desempenho de empregados¹⁴ à instituição, no Japão, do *karoshi*, reconhecimento oficial do excesso de trabalho como *causa mortis*. Cada vez mais, portanto, os equipamentos de poder incitam a dizer/praticar/experienciar um “nós” empresarial que, da sonhada autogestão, nada preserva, a não ser um eventual quinhão de alienação....

SI QUIERES SER FELIZ COMO ME DICES, NO ANALICES NO ANALICES¹⁵

Nossa incursão aos “anos de inverno” da Análise Institucional francesa poderia, sem dúvida, estender-se. Nada dissemos sobre os conflitos existentes entre os institucionalistas da Universidade de Paris VIII que, embora presentes desde a década de 1970, acirram-se dos anos 1980 em diante; as iniciativas micropolíticas de Guattari foram abordadas sumariamente e sua produção com Deleuze, como *O que é a Filosofia* (1992), sequer mencionada; os livros publicados por Lourau na década de 1990 - época em que trabalha o conceito de “transdução”, criado por Simondon, em promissora interferência com o de implicação - ficaram igualmente fora do escopo da exposição. Não haveria espaço para tudo isso nas dimensões de um artigo, e uma eventual atenuação das limitações arroladas por intermédio de uma inflação *hors-textuelle* - a multiplicação das notas de rodapé, digamos - resultaria em tentativa de oferecer uma exaustividade ilusória, alheia aos objetivos do presente trabalho. Assim, em lugar de tudo abarcar, preferimos atingir alguma minúcia no tocante à “dobra sobre si” praticada pela *intelligentsia* institucionalista em face da contrariedade de se ver imersa em anos de inverno.

No volume da revista *Pour* a que fizemos referência, Ardoino multiplica as conotações da implicação - termo e conceito que constitui componente fundamental no agenciamento dessa “dobra”. Em seu artigo, contrapõe as etimologias das palavras “implicar” e “explicar”: enquanto a primeira remete a enlaçar, entrelaçar, embaralhar, engajar, embaraçar e ligar, a segunda aponta a mostrar, desenvolver, facilitar, desembaraçar, expor e esclarecer (ARDOINO, 1983, p. 20).

Neste início do século XXI, nós, institucionalistas brasileiros, muito temos “explicado” nossos anos de inverno, quer os denominemos globalização, neoliberalismo, pós-fordismo, fim do *Welfare State*, pós-modernidade, hipermodernidade, sociedade pós-industrial, sociedade de consumo ou Império¹⁶, principalmente no que se refere aos modos de subjetivação a eles imanentes. Para retomar as palavras de Ardoino, nos temos dedicado a “mostrar, desenvolver, facilitar, desembaraçar, expor e esclarecer” as instituições do “Capitalismo Mundial Integrado”. Muito menos temos feito - e me incluo totalmente nas observações que se seguem - quanto àquilo que “enlaça, entrelaça, embaralha, engaja, embaraça e liga”, isto é, raramente temos analisado nossas “implicações” nas tão “explicadas” instituições.

Em uma comunicação pouco divulgada a um colóquio do Institut National de la Recherche Pédagogique, René Lourau redefiniu “instituição” como “o que vem à luz no enunciado das implicações de cada um em uma situação, segundo um dispositivo de troca construído por um modo de intervenção” (LOURAU, 1993, p. 4). Não obstante mantenha evidente relação com a prática da socioanálise (análise institucional em situação de intervenção), esta nova definição é principalmente tributária das preocupações do autor, antes assinaladas, com as condições de produção do saber científico e, mais do que isso, com as possibilidades de enunciação, na escritura, de tais condições.

Se, em definições anteriores, as instituições apareciam em primeiro plano e como que teoricamente “pressupostas”, emergindo a análise de implicações em um segundo momento conceitual, na nova formulação as instituições somente se presentificam através da análise de implicações. Isto significa, por mais insólito que pareça, evocar uma situação de coletivização (a socioanálise) a propósito de um ato, a escritura, geralmente considerado “solitário, individual e individualista, narcísico e quase autístico” (LOURAU, 1993, p. 4); ao mesmo tempo, oferece feição renovada à apreensão de modos contemporâneos de subjetivação. Segundo as estratégias hibernais de Lourau¹⁷, trata-se de saber o quanto estamos voltados, como institucionalistas, a analisar/coletivizar a instituição de nossas análises, ou seja, a enunciar as “implicações” das “explicações” (?) que efetuamos.

O problema não deve ser minimizado. Em nosso país, hoje em dia, não mais proliferam, como há 20 ou 25 anos, as intervenções institucionais a pedido, quiçá militantes. Conquanto não tenham cessado inteiramente, somos atualmente menos nômades, em parte devido aos limites constitutivos dos “tempos neoliberais”, que não temos conseguido transgredir. Fazer intervenções institucionais exige flexibilizar temporalidades, manter grupalizações permanentemente analíticas, dispor-se ao confronto constante - práticas quase desaparecidas de nosso cotidia-

no. É muito comum que nos encontremos sediados na Universidade, a qual, estranhamente, nos acolhe sem maiores restrições. Porém se nela pensávamos encontrar uma espécie de “repouso do guerreiro”, defrontamo-nos, isto sim, com uma permanente injunção à sobreimplicação. Qual nas empresas de que nos falamos Guattari e Lourau, somos avaliados, em nossa prática universitária, por um “grau de implicação” mensurado, acima de tudo, por nossa produção bibliográfica (cujas características se vêem freqüentemente pré-determinadas pelas exigências dos periódicos “bem classificados” pelas agências estatais), pelos recursos financeiros diretos ou indiretos que conseguimos captar para a pesquisa e a pós-graduação, e pela quantidade de novos pesquisadores que orientamos-produzimos (para que exerçam tarefas e funções análogas). Sendo assim, atingir um “grau de implicação” ao menos razoável demanda a ausência de análise desses mandatos socioinstitucionais - “si quieres ser feliz como me dices, no analices...no analices...”, verseja o poeta.

O temível paradoxo que nos assedia é, pois, o do “analista institucional sobreimplicado”. Sobreimplicado, inclusive, em uma escritura “explicativa”, isenta de qualquer enunciação minimamente apta a trazer à luz as “implicações” nas instituições - *hors-texte* excluído, implícita ou explicitamente, do desejável para fins de qualificação acadêmica, pois desestabilizaria “o princípio de autoridade anexado ao texto científico tradicional” (LOURAU, 1995, p. 44).

Se este é o mandato social que temos sido incapazes de analisar e com o qual não temos sabido romper¹⁸ - a ordem dos fatores, aqui, é irrelevante -, a Análise Institucional que (ainda?) praticamos está desafiada a um “desprendimento de si”, a uma reinvenção que será, simultaneamente, sua e das instituições que a atravessam. Neste sentido, fica a pergunta: onde encontrar ferramentas para este trabalho (coletivo) sobre si, para esta ruptura com o “governo através da sobreimplicação” que, entre os universitários, recebe, estranhamente, o nome de “produção de conhecimento?”.

NOTAS

- ¹ Na França, a homossexualidade deixou de ser considerada crime em julho de 1982.
- ² Detalhes relativos a esses acontecimentos ou tendências podem ser vistos em Rodrigues (2003, 2004).
- ³ Daí resultarão *O uso dos prazeres e O cuidado de si*, publicados em 1984.
- ⁴ Todos estes artigos estão reunidos em Guattari (1986b).
- ⁵ Sobre uma das visitas ao Brasil (1982), ver Guattari (1982) e Guattari; Rolnik (1986).
- ⁶ Além da referência ao fim da primavera, a “rosa murcha” remete ao símbolo dos socialistas (punho segurando uma rosa).
- ⁷ *Crimini di pace* é o título dessa coletânea, para a qual Lourau enviou o artigo *Trabalhadores do negativo, uni-vos!*
- ⁸ Em 1927, W. K. Heisenberg assim formulou tal princípio: estando as partículas afetadas de um componente de posição e outro de movimento, quanto mais se tenta conhecer um dos componentes, mais o outro se torna difícil de apreender. A limitação não decorre da imprecisão dos instrumentos, mas da interação entre um objeto quântico (a partícula) e um macroscópico (o dispositivo de mensuração). Só há conhecimento, portanto, no interior de um desaranjo, de uma perturbação (HESS; SAVOYE, 1993, p. 78). A transposição do “princípio de incerteza” para o campo das ciências sociais permitiu aos socioanalistas a teorização do “Efeito Heisenberg”: crítica radical às pretensões de “distância ótima” e “neutralidade”.

- ⁹ Um extenso extrato do artigo citado por Lourau, originalmente publicado no primeiro número da *Revue de Psychothérapie Institutionnelle*, está disponível em Ardoino; Lourau (2003).
- ¹⁰ Se a pesquisa é vista como procedimento simultaneamente libidinal, político e histórico-profissional, toda e qualquer pesquisa é “pesquisa-ação”, deixando esta última expressão de ser entendida como simples opção por um determinado método.
- ¹¹ Contra-epistemológicas porque levam a pôr em análise a presumida neutralidade da epistemologia quando se propõe a legislar sobre a cientificidade dos saberes.
- ¹² O texto de Marie Langer citado por Lourau é “Psicoanálisis y política: vicisitudes del movimiento psicoanalítico argentino”, publicado em *Clínica y análisis grupal*, Madri, n. 1, 1975.
- ¹³ Eis as principais publicações nesse sentido: Leiris, M (1981); Favret-Saada (1977); Favret-Saada; Contreras (1981); Malinowski (1985); MEAD (1980).
- ¹⁴ Lourau faz referência à investigação institucional desenvolvida na IBM francesa, cuja síntese se encontra em Halbherr (1988).
- ¹⁵ Versos do poeta espanhol Joaquín Bartrina, mais conhecidos no Brasil porque incluídos na letra da canção “No analices”, de Cláudio Cartier e Paulo César Feital.
- ¹⁶ Reconhecemos não serem essas expressões equivalentes, porém avaliamos que as nuances teórico-políticas que as distinguem podem ser postas entre parênteses no tocante ao problema abordado nestas considerações finais.
- ¹⁷ Cumpre frisar que essas estratégias hibernais se mantêm dentro de um campo de coerência: enquanto nos anos 1960/1970 Lourau insistia em uma “socioanálise generalizada” - momento “quente” que dispensa a presença do especialista-interventor, pois a análise é feita por todos -, nas décadas de 1980 e 1990 passa a enfatizar uma “análise de implicações generalizada”, inclusive no âmbito da escritura acadêmica.
- ¹⁸ Um movimento de ruptura se esboça no número especial (v.16, n. 1) da revista *Psicologia & Sociedade*, editada pela ABRAPSO: diversos autores trazem à cena modos de produção e avaliação no campo da Educação, destacando-se os casos da Universidade e da Pós-graduação.

REFERÊNCIAS

- ARDOINO, J. Polysémie de l’implication. *Pour*, Paris, v. 88, p. 19-22, mars/avril 1983.
- ARDOINO, J; LOURAU, R. *As pedagogias institucionais*. São Carlos: Rima, 2003.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.
- DEVEREUX G. *De l’angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris : Flammarion. 1967/1980.
- DUPONT, R. Editorial. *Pour*, Paris, v. 88, p. 5-6, mars/avril 1983.
- ERIBON, D. *Michel Foucault: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, M. Face aux gouvernements, les droits de l’homme. In: _____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1981/1994a. v. IV, p.707-708.
- _____. Le souci de la vérité. In: _____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1984/1994b. v. IV, p.668-678.
- _____. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 3.
- _____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 2.

- FOUCAULT, M; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1972/1979. p. 69-78.
- FAVRET-SAADA, J. *Les mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard, 1977.
- FAVRET-SAADA, J.; CONTRERAS, J. *Corps pour corps*. Paris: Gallimard, 1981
- GALLO, M. Les intellectuels, la politique et la modernité. *Le Monde*, Paris, p. 7, 1983.
- GAUCHET, M. Dossier L'aventure des idées. 1977. L'alignement. *LE DÉBAT*, Paris, v. 50, p. 113-129, mai/août 1988.
- GUATTARI, F. *Guattari entrevista Lula*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. Autant en emporte la crise. In: _____. *Les années d'hiver*. Paris: Bernard Barrault, 1983/1986a.
- _____. *Les années d'hiver*. Paris: Bernard Barrault, 1986b.
- _____. Introduction. In: _____. *Les années d'hiver*. Paris: Bernard Barrault, 1985/1986c.
- _____. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HALBHERR, P. A l'écoute de l'entreprise. In: HESS, R; SAVOYE, A. (Ed.). *Perspectives de l'analyse institutionnelle*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.
- HESS, R; SAVOYE, A. *L'analyse institutionnelle*. Paris: Presses Universitaire de France, 1993.
- LANGER, M. Psicoanálisis y política: vicisitudes del movimiento psicoanalítico argentino. *Clínica y análisis grupal*. Madrid, n. 1, 1975.
- LEIRIS, M. *L'Afrique fantôme*. Paris: Gallimard, 1981.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970/1995.
- _____. *Les lapsus des intellectuels*. Paris: Privat, 1981a.
- _____. Balance de la intervención socioanalítica. In: GUATTARI, F. et al. *La intervención institucional*. Mexico: Folios, 1979/1981b. p.171-198.
- _____. Genèse du concept d'implication. *Pour*, Paris, v. 88, p. 14-18, mars/avril 1983.
- _____. *Le journal de recherche*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.
- _____. *Écriture et institution*. Communication au Coloque de l'INRP. Paris, 1993. Mimeo.

_____. Chercheur surimpliqué. *L'homme et la société*, Paris, v. 115, p. 39-46, 1995.

_____. Implicação: um novo paradigma? In: ALTOE, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 1987/2004a. p. 246-258.

_____. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOE, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 1990/2004b. p.186-198.

LOURAU, R; LAPASSADE, G. *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MALINOWSKI, B. *Journal d'ethnographie*. Paris: Seuil, 1914-1918/1985.

MEAD, M. *Ecrit sur le vif*. Paris: Denoël Gauthier, 1980.

PSICOLOGIA & SOCIEDADE. Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2004.

RODRIGUES, H.B.C. À beira da brecha: uma história da Análise Institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.195-256.

_____. Do “arrependimento dos intelectuais” ao “triunfo da rosa”: análise institucional, Estado e direitos humanos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n.13, p. 89-108, jun. 2003.

_____. Análise Institucional francesa e transformação social: o tempo (e contratempo) das intervenções. In: RODRIGUES, H.B.C.; ALTOÉ, S. (Org.). *Análise institucional*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.115-164. Col. Saúde & Loucura.

Recebido em: Janeiro /2006

Aceito em: Agosto / 2006